



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 10296857 - SG-SLCC-CCC-DCOE

SEI!TJPR Nº 0040983-96.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 10296857

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 31/2024 - SG-SLCC-CCC-DCOE

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e o **MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, órgão da administração direta do Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 77.821.841/0001-94, com sede na Praça Nossa Senhora da Salete, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, doravante denominado **TJPR**, e o **MUNICÍPIO DE PORTO VITÓRIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.688.366/0001-02, com sede na Rua Osvaldo Gomes da Silva, nº 717, Centro, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. MARISA DE FÁTIMA ILKIU DE SOUZA, doravante denominado **MUNICÍPIO**, resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, observando, no que couber, a Lei Nacional nº 14.133/2021 e a Lei Estadual paranaense nº 15.608/2007, bem como as demais legislações que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.1. Constitui objeto do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a conjugação de esforços entre os partícipes para assegurar aos cidadãos de comunidades remotas a inclusão tecnológica, resultante da expansão dos serviços jurídicos e correlatos, através da conectividade, mediante a implantação do módulo e-Fórum no MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

2.1. Com vistas ao atendimento do objeto e manutenção das operações do e-Fórum no Município, atribuem-se aos partícipes as obrigações adiante descritas:

2.1.1. Ao **TJPR** compete:

- a) elaborar e acompanhar, às suas expensas, o processo licitatório alusivo aos projetos arquitetônicos da(s) obra(s) relacionada(s) à implantação do módulo e-Fórum no MUNICÍPIO.
- b) disponibilizar, durante a execução do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,

os mobiliários e demais equipamentos de informática para suprirem a implantação do módulo e-Fórum no MUNICÍPIO.

c) Organizar, junto ao MUNICÍPIO, o lançamento das unidades instaladas.

d) criar, em conjunto com o MUNICÍPIO, campanha de divulgação do módulo e-Fórum instalado.

e) fomentar as parcerias entre os diversos atores estatais para a ocupação do módulo e-Fórum de maneira agregadora, através de soluções criativas eficientes para superar os desafios.

f) prestar, de forma colaborativa, informações sobre eventuais adversidades que possam resultar da implantação do módulo e-Fórum no MUNICÍPIO.

g) promover as trilhas de capacitação para a prefeitura e para os servidores que deverão operacionalizar o projeto.

h) fiscalizar a execução do ajuste através da Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios.

2.1.2. Ao **MUNICÍPIO** compete:

a) disponibilizar, enquanto durar a execução do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, espaço público para implantação do módulo e-Fórum que atenda plenamente às seguintes características:

a.1) área mínima de 150,00 m², com o formato mínimo de 15,00 m x 10,00 m, sem considerar recuos. A depender do local de implantação, esta área poderá ser acrescida em função da necessidade de se manter afastamentos mínimos;

a.2) localização em área central e de fácil acesso, próxima aos principais serviços públicos municipais, comércios e linhas de ônibus. A área disponibilizada deverá contar com facilidade de acesso via meios de transporte público e particular;

a.3) topografia plana e o terreno na área de implantação dos módulos limpo, sem vegetação ou outras edificações ou equipamentos que demandem demolição ou retirada;

a.4) Realizar todas as obras de terraplanagem e compactação do solo que garantam o suporte necessário para o radier que servirá de base para implantação do módulo do e-Fórum, na área indicada no item a.1);

a.5) o espaço público deverá atender a todas as normas de acessibilidade, ficando ao encargo do MUNICÍPIO eventuais obras de abertura de ruas e pavimentação, áreas de estacionamento para público, calçamento com piso tátil, guias rebaixadas, rampas para PCD e outros conforme legislação municipal aplicável;

a.6) Executar a iluminação externa das áreas de acesso, bem como do entorno dos módulos, de modo a garantir acesso no período noturno e maior segurança patrimonial.

b) disponibilizar o fornecimento de água e realizar todas as obras necessárias para a rede de água fria, incluindo a instalação do hidrômetro e sua derivação até o ponto de ligação com o módulo do e-Fórum.

c) disponibilizar rede saneamento, bem como realizar todas as obras necessárias para instalação da rede de esgoto e sua derivação até o ponto de ligação com o módulo do e-Fórum.

d) disponibilizar energia elétrica para o funcionamento do módulo e-Fórum e realizar as obras necessárias para ligação em baixa tensão, incluindo padrão de entrada e medição (conforme padrões da concessionária local – Copel, outras) e derivação até o quadro de energia geral do módulo.

e) disponibilizar link de internet de, no mínimo, 300 Mbps e realizar todas as obras de infraestrutura necessárias para instalação da rede de internet (voz e dados) e

sua derivação até a sala técnica do e-Fórum (local onde estarão os rack's e ativos de rede).

e.1) No caso de comprovada inexistência, no Município, de fornecimento de link de internet na velocidade mínima indicada no item anterior, deverá ser fornecido link com a maior velocidade disponível no local.

f) disponibilizar uma linha telefônica direta para atendimento aos serviços do módulo e-Fórum.

g) disponibilizar espaço físico comum para circulação e espera, com bebedouro e banheiros para os usuários.

h) responsabilizar-se, durante toda a vigência do presente Acordo de Cooperação Técnica, pela segurança, conservação e asseio do módulo judicial e dos bens e materiais que o compõem.

i) disponibilizar, no mínimo, um servidor público que será o responsável pelo atendimento no local.

j) responsabilizar-se por todas as despesas relativas à segurança e manutenção do ambiente, inclusive no que se refere à limpeza, higienização, serviços gerais e iluminação.

k) assumir as obrigações legais de qualquer natureza para com seus empregados ou prepostos, notadamente os referentes à legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, ficando, dessa forma, excluída a responsabilidade do TJPR sobre tal matéria.

l) assentir, no que couber, quanto ao cumprimento do artigo 446 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

m) findo o Acordo de Cooperação Técnica, o Município deverá assegurar a conservação e segurança patrimonial do Módulo Judicial até que o mesmo venha a ser desinstalado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência por prazo 60 (sessenta meses), podendo ser prorrogado por igual prazo, no interesse das partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO, DA RESCISÃO E DADENÚNCIA

4.1. Este Termo de Cooperação poderá ser alterado em seu teor, mediante consentimento dos partícipes, formalizado por meio de termo aditivo, bem como ser rescindido por denúncia unilateral, independentemente do instrumento de sua formalização, especialmente:

a) por inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições pactuadas.

b) por superveniência de norma legal ou evento que o torne inexecutável.

c) pela denúncia unilateral de um dos partícipes, desde que precedida de aviso escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA QUINTA – ÔNUS E VÍNCULO

5.1. O presente convênio não importará em ônus financeiro, bem como responsabilidade civil, trabalhista, previdenciária e fiscal para qualquer das partes, em relação às pessoas encarregadas direta ou indiretamente na execução do presente, não se destinando, ainda, no repasse de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICIDADE

6.1. A publicação do extrato deste Termo de Cooperação será realizada pelo TJPR,

no Diário da Justiça Eletrônico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E DO SIGILO

7.1. Os partícipes deste termo de cooperação obrigam-se a manter sigilo de dados e informações sigilosas eventualmente compartilhados na vigência deste acordo de cooperação, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização conforme normas aplicáveis, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais, cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei nº 12.527/11 e da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

7.2. Os convenientes, ao celebrarem o presente instrumento, reafirmam que conhecem e entendem os termos da Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua violação das disposições da referida Lei.

7.3. Na execução do presente acordo, o tratamento de dados pessoais tem o objetivo estrito de dar cumprimento as finalidades legais.

7.4. A entidade conveniente deverá atentar para as instruções e orientações que vierem a ser adotadas pelo Controlador e pelo Encarregado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme Resolução nº 273/2020 – OE.

7.5. São vedadas formas de tratamento de dados não autorizadas em lei ou pelo órgão competente.

7.6. O consentimento de que trata o art. 14, § 1º, da LGPD deverá ser obrigatoriamente colhido, quando envolver dados pessoais relativos a crianças ou adolescentes, ressalvadas as hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos ou não previstos neste instrumento serão resolvidos de comum acordo por ambas as partes.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. O foro competente para resolver eventuais questões decorrentes do presente Termo, que não possam ser solucionadas no âmbito administrativo, é o Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR.

E, tendo por justo e acordado, as partes firmam o presente instrumento na presença das testemunhas ao final qualificadas.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

□

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEM

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

MARISA DE FÁTIMA ILKIU DE SOUZA
Prefeita Municipal de Porto Vitória

TESTEMUNHAS:

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho

CPF: 0*.5.*-2

Felipe Nery Arruda

CPF: 5*.6.*-4



Documento assinado eletronicamente por **MARISA DE FÁTIMA ILKIU DE SOUZA, Usuário Externo**, em 12/04/2024, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Tomasi Keppen, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, em 02/05/2024, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO, Secretário de Licitações do Tribunal de Justiça**, em 02/05/2024, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE NERY ARRUDA, Coordenador de Contratos e Convênios**, em 03/05/2024, às 07:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **10296857** e o código CRC **EB73D1C2**.